

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)

**Demonstrações financeiras referente ao período de 20 de janeiro
(data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025 e
relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações
financeiras.**

KPDS 1901276

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	21
Balancos patrimoniais	25
Demonstrações do resultado	26
Demonstrações do resultado abrangente	27
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	28
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	29
Demonstrações do valor adicionado	30
Notas explicativas às demonstrações financeiras	31

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades da Concessionária no período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025, em conjunto com as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, aplicáveis às concessionárias de rodovias. Este relatório também contempla informações não financeiras relevantes para a compreensão do desempenho operacional e da execução das obrigações do Contrato de Concessão.

Os valores estão apresentados em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

1.2 Introdução

A Concessionária de Rodovias PRVias S.A. foi constituída em 20 de janeiro de 2025, tendo por objetivo exclusivo a exploração do sistema rodoviário composto pelas BR-369/373/376 e PR-090/170/323/445, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Edital nº 05/2024. O sistema rodoviário concedido possui extensão total de 569,750 km, conectando o norte do Estado do Paraná a Ponta Grossa e ao Porto de Paranaguá.

O Contrato de Concessão foi assinado em 11 de abril de 2025, com início da concessão em 08 de maio de 2025 e prazo de 30 (trinta) anos, com término em 07 de maio de 2055.

A Concessão compreende os seguintes trechos:

Rodovias federais:

- BR-369 - Rodovia Melo Peixoto: (Extensão: 28,880 km)
- BR-373 - Rodovia do Café Governador Ney Brava: (Extensão: 7,900 km)
- BR-376 - Rodovia do Café Governador Ney Brava: (Extensão: 337,600 km)

Rodovias estaduais:

- PR-090 - Rodovia Engenheiro Angelo Ferrário Lopes: (Extensão: 27,280 km)
- PR-170 - Rodovia Michel Soni: (Extensão: 11,650 km)
- PR-323 - Rodovia Celso Garcia Sid: (Extensão: 60,640 km)
- PR-445 - Rodovia Celso Garcia Sid: (Extensão: 95,800 km)



O projeto em questão contempla uma abrangente série de melhorias e ampliações na infraestrutura viária, incluindo 132,6 km de duplicação de rodovias, 24,6 km de faixas adicionais e 61,6 km destinados à implantação de contornos. Adicionalmente, estão previstos 6,7 km de vias marginais e 24,1 km de ciclovias, visando a integração de diversos modos de transporte e a segurança dos usuários. O projeto também inclui a instalação de 14,9 km de iluminação em trecho de serra, oito passagens de fauna para a preservação da vida silvestre, e 314 pontos de ônibus para melhorar o acesso ao transporte público. Serão construídas 22 passarelas, duas áreas de escape e dois Pontos de Parada de Descanso (“PPD”), todos projetados para garantir maior segurança e conforto para os usuários das vias.

Destaques de 2025

O período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025 foi marcado pelo início efetivo das operações da PRVias, representando o primeiro ano de execução do Contrato de Concessão.

O atendimento aos usuários teve início em maio de 2025 e a arrecadação de tarifas de pedágio começou em 28 de junho de 2025, caracterizando marco relevante para a Companhia.

Ao longo do período, a PRVias concentrou esforços na estruturação operacional, implantação de sistemas, contratação de equipes e execução dos investimentos iniciais previstos no PER, com foco em segurança viária, recuperação do pavimento e melhoria do nível de serviço aos usuários.

Durante 2025, a Companhia realizou investimentos voltados à recuperação, implantação e modernização da infraestrutura rodoviária concedida, incluindo (i) conclusão de obras de reforma e adequação de praças de pedágio e (ii) intervenções em bases operacionais, além de ações de restauração de pavimento em trechos prioritários, reforçando o compromisso com a segurança e a qualidade do serviço prestado.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

No período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025, a PRVias apresentou desempenho econômico-financeiro compatível com a fase inicial da concessão, marcada pelo início da arrecadação de pedágio em 28 de junho de 2025 e pelo reconhecimento das receitas de construção, nos termos do ICPC 01 (R1).

O EBITDA do período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025 permaneceu positivo, refletindo a adequada geração operacional desde o primeiro ano de operação. O EBIT considerou o início do reconhecimento das despesas de depreciação e amortização, decorrentes da entrada em operação dos ativos vinculados à concessão.

O resultado financeiro líquido refletiu, principalmente, as despesas financeiras associadas à 1ª Emissão de Debêntures realizada em fevereiro de 2025, parcialmente compensadas por receitas financeiras provenientes da gestão de caixa.

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura patrimonial da Companhia apresentava-se adequada ao estágio de implantação da concessão, com ativo total composto majoritariamente por ativos intangíveis vinculados ao contrato de concessão e patrimônio líquido fortalecido por aportes da acionista controladora.

O fluxo de caixa do período refletiu desembolsos relevantes com investimentos em obras, equipamentos e sistemas, bem como a captação de recursos por meio de debêntures e aportes de capital.

2.1 Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela PRVias são definidas e reguladas pela ANTT, conforme os termos do Contrato de Concessão.

No período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025, a Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção) foi de R\$ 412.677.

A receita de pedágio, reconhecida a partir do início da arrecadação em 28 de junho de 2025, foi de R\$ 412.599, enquanto as receitas acessórias e de construção foram de R\$ 78 e R\$ 270.844, respectivamente.

2.2 Desempenho

- A Receita líquida operacional (sem receita de construção) atingiu R\$ 376.609;
- O Lucro líquido atingiu R\$ 171.661;

- O EBITDA atingiu R\$ 282.769;
- O EBIT atingiu R\$ 269.519.

Em R\$ mil	2025
Receita Líquida	647.453
Receita de pedágio	412.599
Receita de construção (ICPC 01 R1)	270.844
Outras receitas	78
(-) Deduções da receita bruta	(36.068)
(-) Custos e despesas (a)	(377.819)
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(270.844)
Demais custos e despesas	(106.975)
EBIT (b)	269.634
Margem EBIT	41,65%
Margem EBIT ajustada (c)	71,60%
(+) Depreciação/amortização	13.135
EBITDA (b)	282.769
Margem EBITDA	43,67%
EBITDA ajustado	284.840
Margem EBITDA ajustada (d)	75,63%
Lucro líquido	168.093
Dívida bruta (e)	1.097.165
Investimentos - (excluindo outorga)	405.839
Veículos equivalentes	35.333

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas.

(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº156/22.

(c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas Líquidas sem considerar a receita de construção.

(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.

(e) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação).

2.2.1 Receita Operacional

A receita de pedágio totalizou R\$ 412.599.

As receitas acessórias, provenientes principalmente da exploração de publicidade, totalizaram R\$ 78.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os gastos totais apresentaram montante de R\$ 377.819. Porém, ao considerarmos apenas os gastos operacionais, tivemos montante de R\$ 91.769.

2.2.3 Investimentos

Os investimentos da PRVias somaram R\$ 409.539 em 2025.

No ano, os principais investimentos ocorreram nas obras de reforma e adequação de cinco praças de pedágio, localizadas nos seguintes trechos: BR-376 km 529,850 (Witmarsum); km 448,550 (Tibagi); km 316,350 (Ortigueira); km 370,950 (Imbaú) e PR-323 km 2,970 (Sertaneja). Adicionalmente, foram finalizadas as intervenções em duas bases operacionais situadas na BR-376/PR nos quilômetros 345,260 e 434,107. Também foram iniciadas as atividades de restauração de pavimento em diversos segmentos da rodovia, contribuindo para a melhoria das condições de segurança e do conforto aos usuários.

Investimentos (Movimentação caixa)	2025
Praças de Pedágio	33.877
Bases Operacionais	9.644
Demais Edificações	40
Pavimento	26.073
Elétrica	370
Projetos de Melhoria e Ampliação	31.023
Manutenção/Conservação	34.789
Outros	188.110

2.2.4 Captações de recursos

Em fevereiro de 2025, a Companhia concluiu sua 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em série única, com vencimento final em 2030, cujos recursos foram integralmente destinados ao cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão e à execução do Programa de Exploração da Rodovia.

O perfil do endividamento é predominantemente de longo prazo, compatível com a natureza dos investimentos e com a geração de caixa esperada ao longo da concessão.

A Companhia manteve no período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025, índices de liquidez adequados e capacidade de honrar seus compromissos financeiros de curto, médio e longo prazos.

2.2.5 Política de Distribuição de Dividendos

Em dezembro de 2025 foi aprovado em reunião do conselho de administração o destaque de juros sobre o capital próprio com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2024 (deduzido ou acrescido, pro rata die de eventuais movimentações ocorridas em 2025, exceto quanto ao lucro do próprio exercício), no valor bruto de R\$ 54.989, sendo que após a dedução do imposto de renda na fonte (IRRF) de 15%, nos termos do § 2º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, o valor líquido de R\$ 46.741. Os juros sobre o capital próprio, ora aprovados, foram pagos no dia 29 de dezembro de 2025.

2.2.6 Planejamento Empresarial

A Companhia finalizou a reforma e adequação de 5 praças de pedágio 2 bases operacionais. Além disso, iniciou os serviços de recuperação de Pavimento em todo o trecho de concessão.

No ano de 2025 iniciou as obras de implantação das 13 bases operacionais e dos serviços definitivos de atendimento ao usuário, previstos para as rodovias PR-323, PR-445, PR-170 e BR-376, que está previsto a conclusão no primeiro trimestre de 2026.

Como parte da execução dos trabalhos iniciais de elétrica, iniciou a recomposição integral de todos os sistemas elétricos e de iluminação existentes dentro da faixa de domínio, nas travessias urbanas, vias marginais, nos acessos, trevos, entroncamentos, retornos, Obras de Artes Especiais (OAEs) e travessias de pedestres, e nas edificações operacionais, a ser executada de forma a manter as características originalmente existentes. Simultaneamente, iniciou a reabilitação dos pavimentos que compõem a rodovia, de forma a permitir trafegabilidade com segurança, obedecendo os níveis de serventia mínimos definidos pelos parâmetros de desempenho.

Por fim, iniciou a elaboração dos projetos de melhorias e ampliação das principais obras do contrato da PRVias, incluindo contornos e duplicações.

2.2.7 Gestão pela Qualidade Total

Em 2025, no âmbito da certificação corporativa nas normas ISO 37001 (Gestão Antissuborno) e ISO 37301 (Gestão de Compliance), a PRVias teve sua atuação fortalecida ao ser indicada para participar das auditorias internas e externas vinculadas a esses sistemas de gestão.

A ISO 37001, voltada ao Sistema de Gestão Antissuborno, e a ISO 37301, direcionada ao Sistema de Gestão de Compliance, reforçam o compromisso da organização com a ética, a integridade e a conformidade. A consolidação dessas práticas contribui para a transparência, a responsabilidade e a credibilidade em todas as nossas operações.

De acordo com o contrato de concessão, a unidade possui o prazo de 24 meses para implantar a NBR ISO 45001 (Gestão de Saúde e Segurança) e obter as certificações NBR ISO 9001 (Qualidade), NBR ISO 14001 (Meio Ambiente), NBR ISO 39001 (Segurança Viária) e NBR ISO 55001 (Gestão de Ativos).

A concessionária vem desenvolvendo e implementando o Sistema de Gestão Integrado (SGI), estruturado para atender simultaneamente aos requisitos das cinco normas NBR ISO, com foco na futura certificação integrada.

2.2.8 Recursos Humanos

Durante o exercício de 2025 a MOTIVA PRVias, realizou treinamentos e capacitações internas para os seus mais de 300 colaboradores, sendo que os principais assuntos abordados foram: Treinamento Admissional do Atendimento Pré-hospitalar, NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), NR-11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais), NR-12 (Segurança do trabalho com Máquinas e Equipamentos, NR-26 (sinalização de segurança), NR-17 Ergonomia, Guincho Leve e Guincho Pesado.

3. Indicadores Operacionais

Em 2025, a Companhia estruturou sua operação e iniciou o atendimento aos usuários, com serviços de guincho, atendimento pré-hospitalar, inspeção de tráfego, suporte a incidentes, remoção de animais e conservação de rotina, coordenados pelo Centro de Controle Operacional (CCO).

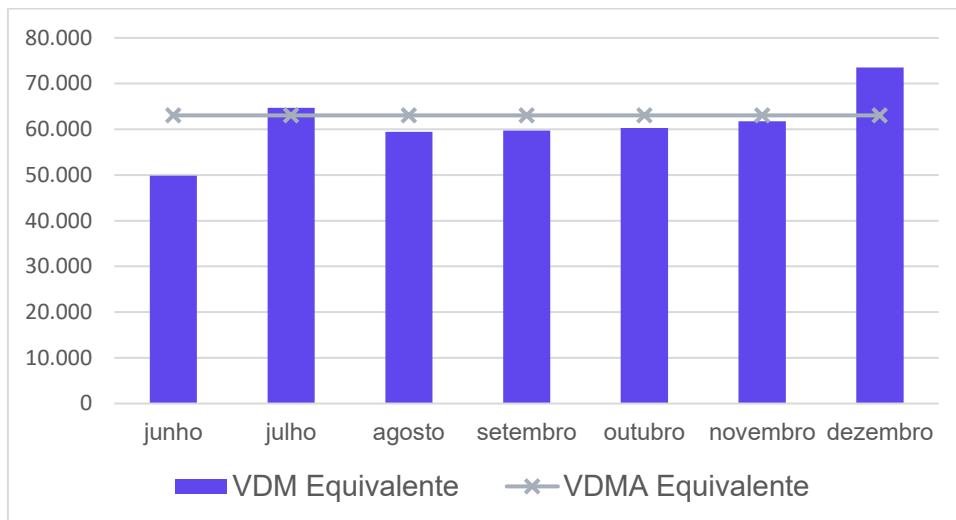
Os indicadores operacionais de tráfego, atendimento ao usuário e segurança viária devem ser interpretados considerando o início das operações em maio de 2025 e o início da arrecadação em 28 de junho de 2025.

3.1. Caracterização do Tráfego

3.1.1. Volume

Na figura é apresentado o volume diário médio equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente.

Varição mensal do volume no ano base

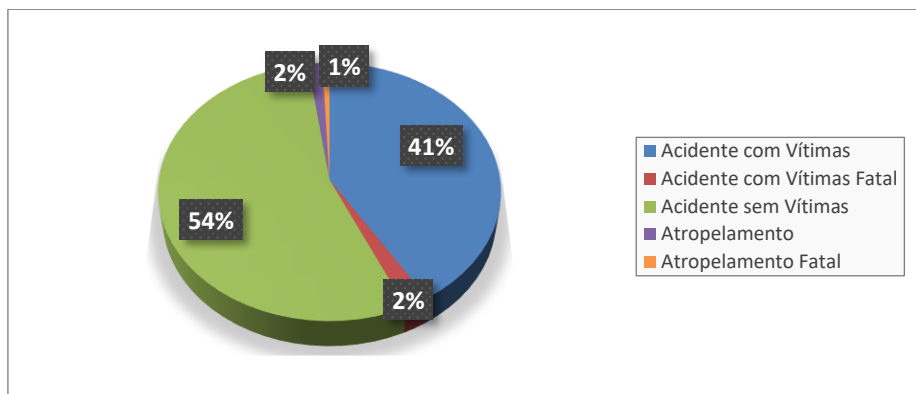


3.2. Caracterização do Tráfego

3.2.1. Volume

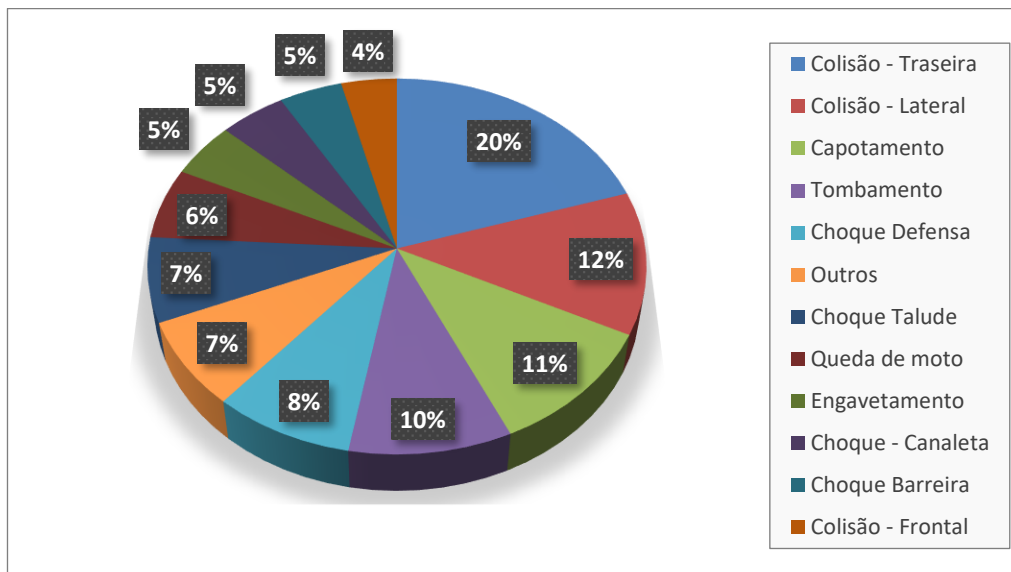
Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos nos trechos concedidos, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no período.

Percentual de acidentes por gravidade 2025



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados nos trechos concedido da rodovia.

Acidente por tipo 2025



3.3. Dados de Operação da Concessão

3.3.1. Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de Veículo	Quantidade
APREENSÃO DE ANIMAIS	3
BOB CAT	1
CAMINHÃO DE PINTURA	2
CARRETA REBOQUE DE ANIMAIS	3
CARRETA REBOQUE DE VEÍCULOS	2
CESTO AÉREO	1
COMPACTADOR	1
DIRETORIA BLINDADO III-A	1
EQUIPAMENTOS	2
FURGÃO	6
GERADORES PAINÉIS E TRAILERS	1

GUINCHO LEVE	9
GUINCHO PESADO	11
INSPEÇÃO DE TRÁFEGO	18
INSPEÇÃO DE TRÁFEGO COM ASA DELTA	1
PIPA	4
PIPA COM ASA DELTA	1
RESGATE	14
ROÇADEIRA	5
VEÍCULOS ADMINISTRATIVOS LEVES	50
VEÍCULOS EXTRAS E EVENTUAIS	4
VEÍCULOS OPERACIONAIS LEVES	8
Total Geral	148

Tipo de Volumetria	Total
Equipamento	15
Veículo Leve	56
Veículo Operacional	77
Total Geral	148

No período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025, foram registrados 56.759 atendimentos e 26.408 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário.

3.3.2. Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos e indiretos empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo de funcionários alocados na concessão

FUNCIONÁRIOS	Quantidade	Qtde/VDMA
Ger. Operações	1	0
Coordenador(a) Operações	1	0
Sup. Tráfego	3	0
Operador(a) Tráfego I	61	10

Operador(a) Tráfego II	16	3
Assistente Operações	3	0
Analista de Operações	1	0
Sup. APH	1	0
Médico APH	1	0
Socorrista APH	101	16
Farmacêutico(a) Responsável Técnico	1	0
Instrutor(a) APH	1	0
Total de Pessoal Operacional	191	29
Líder Pedágio I	14	2
Operador Pedágio	39	6
Total de Pessoal de Pedágio	53	8
Total	244	37

3.4. Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a receita da concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

3.4.1. Receita (em R\$ mil)

	Em 2025	Acumulada
Receitas de pedágio	412.599	412.599
Receitas acessórias	78	78
Total das receitas	412.677	412.677

3.4.2. Investimentos DFC* (em R\$ mil)

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos e despesas apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2025	Acumulada
Adição do intangível	1.370.813	1.370.813
Aquisição de imobilizado	92.652	92.652
Total dos investimentos	1.463.465	1.463.465

(*) Movimentações caixa.

3.4.3. Custos e despesas totais (em R\$ mil)

	Em 2025	Acumulado
Custo de construção	(270.844)	(270.844)
Depreciação e amortização	(13.135)	(13.135)
Serviços de terceiros	(16.737)	(16.737)
Custos e despesas com pessoal	(36.901)	(36.901)
Provisão de Manutenção	(2.071)	(2.071)
Outros Custos e Gastos Gerais	(38.131)	(38.131)
Custos Totais	(377.819)	(377.819)

3.4.4. ISS repassados (em R\$ mil)

	Em 2025	Acumulada
Pedágio	20.923	20.923
ISS Total	20.923	20.923

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

3.4.5. Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Concessionária em números (em R\$)

MAIO 2025 A DEZEMBRO 2025															
CATEGORIA	TARIFA	AUTO	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	MOTO	3S	4S	CAT19	CAT20
EIXO	EDITAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0,5	1,5	2	1	10 ou mais
P01 - SERTANEJA	11,80	11,80	23,60	35,40	47,20	59,00	70,80	82,60	94,40	106,20	ISENTO	17,70	23,60	11,80	11,80 P/ EIXO
P02 - MAUÁ DA SERRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P03 - ORTIGUEIRA	12,80	12,80	25,60	38,40	51,20	64,00	76,80	89,60	102,40	115,20	ISENTO	19,20	25,60	12,80	11,80 P/ EIXO
P04 - IMABÚ	12,80	12,80	25,60	38,40	51,20	64,00	76,80	89,60	102,40	115,20	ISENTO	19,20	25,60	12,80	11,80 P/ EIXO
P05 - TIBAGI	12,80	12,80	25,60	38,40	51,20	64,00	76,80	89,60	102,40	115,20	ISENTO	19,20	25,60	12,80	11,80 P/ EIXO
P06 - WITMARSUM	12,00	12,00	24,00	36,00	48,00	60,00	72,00	84,00	96,00	108,00	ISENTO	18,00	24,00	12,00	11,80 P/ EIXO
P07 - LONDRINA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

<u>Dados anuais</u>		<u>Unidade de medida ou comentário</u>
Quilômetros de rodovia	569,7	
Número de veículos que transitaram	16.636.675	Quantidade por eixo

Veículos leves	3.659.433	
Motos	N/A	
Caminhões	12.916.957	
Ônibus	60.285	
Veículos isentos	265.744	
Número de praças de pedágios	5	
Número de pórticos	0	Free Flow
Tarifa	-	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	569,7	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	61.324	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo. Gráfico no item 3.1.1
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	63.051	Média anual. Gráfico no item 3.1.1
Equipamentos utilizados pelo concessionário	15	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	IRI < 3,5 m/KM	Microtextura (Índice de Irregularidade Longitudinal)
	0,6<HS<1,2	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	412.599	Expresso em milhares de reais

Fator Capital

Despesas de Depreciação	13.135	Valores detalhados nas notas explicativas 10 e 11.
Ativo Líquido (disponibilidades)	323.926	
Ativo Bruto	1.438.826	Com Outorga
Série Histórica dos Investimentos	1.541.053	Em unidades monetárias

Fatores Intermediários

Despesas em Administração	21.710	Em valores monetários, não incluir despesas trabalhistas administrativas
---------------------------	--------	--

Seguridade

Quantidade de Acidentes	1.329	
Acidentes c/ vítimas feridas	569	
Acidentes s/ vítimas	732	

Acidentes c/ mortos	28	
Vítimas feridas	925	
Mortos	50	

Indicadores

Receita por veículo	11,64	
---------------------	-------	--

Balanço Social

Base de cálculo	2025
Faturamento bruto	
Receita líquida (RL)	376.609
Resultado operacional (RO)	308.059
Folha de pagamento bruta (FPB)	36.901
Folha de pagamento bruta - total remunerações	36.901
Indicadores do corpo funcional	2025
Nº de colaboradores ao final do período	348
Nº de admissões durante o período	359
Nº de demissões durante o período	78
Nº de estagiários (as)	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	0
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	42
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	241
Nº de colaboradores acima de 45 anos	65
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	110
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	3
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	17
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	10

4. Demais assuntos

4.1. Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por três membros.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

O Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Keller Alves Rodrigues Junior, endereço profissional na Rua João Wyclif, nº 111, 13º Andar, Salas 1301/1312, Gleba Fazenda Palhano, CEP 86.050-450, Londrina/PR pode ser contatada no telefone (43) 3032-5961 ou pelo e-mail keller.junior@motiva.com.br.

4.2. Sustentabilidade

A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo Motiva para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo Motiva, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os stakeholders e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo Motiva é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do Conselho de Administração da Motiva. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto Motiva, também responsável pela gestão do investimento socioambiental.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo Motiva:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo Motiva, acesse: <https://www.motiva.com.br/esg/governanca/#af9ab938ccf502c18e214034075ea3bc>;

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo Motiva divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do relatório anual e de sustentabilidade. Para ler edição mais recente do relatório anual e de sustentabilidade acesse: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

4.2.1. Compromissos

Direcionado por seus objetivos estratégicos, o Grupo Motiva participa ativamente de iniciativas reconhecidas internacionalmente e que contribuem para o fortalecimento e modernização da sua visão de sustentabilidade, com destaque para:

- Pacto Global (ONU)
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Carbon Disclosure Program (CDP)
- Global Reporting Initiative (GRI)
- Relato Integrado (IIRC)

Anualmente, o Grupo Motiva divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do relatório anual e de sustentabilidade. A edição mais recente do relatório anual e de sustentabilidade está disponível em <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

4.2.2. Instituto Motiva

O Instituto Motiva, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo Motiva, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto Motiva é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte.

Saiba mais em <http://www.institutomotiva.com.br>.

4.2.3. Reconhecimentos e Prêmios

Em 2025, a PRVias, empresa do grupo Motiva, conquistou o 1º lugar na categoria Atenção ao Usuário do Prêmio Destaques ANTT, concedido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres. O reconhecimento decorre da implantação do projeto ColorTrack, uma inovação em sinalização por cores nas praças de pedágio, lançada no terceiro mês de operação da concessionária.

O sistema orienta de forma simples, intuitiva e segura a escolha das cabines de pagamento, contribuindo para a fluidez do tráfego e a redução de manobras abruptas. A iniciativa reforça o compromisso da PRVias com a melhoria contínua da experiência do usuário e com a elevação dos padrões de qualidade na prestação dos serviços rodoviários.

4.3. Destaques do Período

Os principais destaques da Motiva PRVias em 2025 foram:

- Em fevereiro, iniciou a reformas das praças de pedágios e bases operacionais;
- Em março, iniciou um trabalho de manutenção de pavimento.
- Em maio, iniciou o atendimento ao usuário, compondo sua frota com guinchos elétricos e viaturas de inspeção de tráfego híbridas (combustão/elétrica) e realizou uma série de ações de segurança dentro do “Maio Amarelo”
- Em junho, iniciou a arrecadação de pedágio e a implantação das cabines de autoatendimento para pagamento do pedágio.
- Em setembro, a PRVias realizou a apresentação e o balanço do Plano de 100 Dias, marcando o encerramento da primeira fase de intervenções previstas no contrato de concessão. As ações iniciais promoveram melhorias no pavimento, drenagem, sinalização e segurança viária, gerando impactos positivos imediatos aos usuários e estabelecendo bases para os investimentos futuros. ocorreu o evento de 100 dias da concessão, o evento teve a participação do secretário estadual de infraestrutura, ministro do transporte, diretor geral da ANTT e demais autoridades.
- Em setembro, iniciou as obras de implantação e ampliação das bases operacionais.
- Em setembro, realizou uma série de ações de segurança dentro da Semana Nacional do Trânsito.
- Em dezembro, a concessionária realizou sua primeira operação de final de ano, com ações de segurança viária e com recursos dimensionados para o alto volume de tráfego do período que contribuiu para a fluidez, mobilidade e redução de acidentes.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contrataram seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao no período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

Londrina, 05 de março de 2026.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Chácara Santo Antônio
04719-002 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

Londrina – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias PRVias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de janeiro de 2025 à 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias PRVias S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 20 de janeiro de 2025 à 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período de 20 de janeiro de 2025 à 31 de dezembro de 2025.. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Direito da Concessão

Veja as Notas 1, 3.14, 3.19 e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia atua no segmento de concessão rodoviária, tendo o contrato de concessão assinado em 14 de abril de 2025, por um prazo de 30 anos. Com este direito de concessão adquirido, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.114.899 mil em seu balanço patrimonial, como ativo intangível - exploração da infraestrutura concedida.</p> <p>Conforme OCPC 05 – Contratos de concessão, o direito de concessão é reconhecido como ativo intangível decorrente dos processos licitatórios em que o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato, o qual entende que o contrato é de execução.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à relevância do montante reconhecido deste intangível no contexto das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação da documentação comprobatória que reflete o ativo intangível reconhecido como "direito de concessão", que inclui o contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente que garantiu o Direito de Concessão;- Inspeção dos comprovantes de pagamento dos montantes relacionados ao Direito de Concessão quitados pela Companhia no período.- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitável o saldo apresentado como Intangível, relativo ao Direito de Concessão, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 20 de janeiro de 2025 à 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de

auditoria das demonstrações financeiras.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em

continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis da administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis da administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do período de 20 de janeiro de 2025 à 31 de dezembro de 2025 e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli

Contador CRC 1SP201409/O-1

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)

Balanco patrimonial

em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025
Circulante		652.066
Caixa e equivalentes de caixa	6	271.197
Aplicações financeiras	6	303.677
Contas a receber das operações	7	61.735
Contas a receber de partes relacionadas	9	12
Tributos a recuperar		12.572
Despesas antecipadas e outros créditos		2.873
Não circulante		1.540.339
Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	4.574
Depósitos judiciais		117
Imobilizações em andamento	10	96.481
Intangível	11	1.193.663
Infraestrutura em construção	11	245.504
Total do Ativo		2.192.405

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025
Circulante		103.007
Fornecedores		53.500
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	5.557
Imposto de renda e contribuição social		25.260
Impostos e contribuições a recolher		5.107
ISS a recolher		4.741
Obrigações sociais e trabalhistas		8.664
Outras obrigações		178
Não circulante		1.138.455
Debêntures	12	1.097.165
Provisão de manutenção	13	2.087
Contas a pagar de operações com derivativos		33.760
Fornecedores		5.436
Outras obrigações		7
Patrimônio Líquido		950.943
Capital social	14	837.304
Reserva de capital	14	535
Reservas de lucros		113.104
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.192.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações dos resultados

no período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	20/01/2025 a 31/12/2025
Receitas operacionais líquidas	15	647.453
Custos dos serviços prestados		(339.394)
Custo de construção		(270.844)
Serviços		(8.088)
Depreciação e amortização	11 e 12	(13.048)
Custo com pessoal		(20.152)
Provisão de manutenção	13	(2.071)
Materiais, equipamentos e veículos		(10.308)
Operação assistida / antecipada		6.575
Seguros		(4.790)
Outros		(16.668)
Lucro bruto		308.059
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas		(38.425)
Despesas com pessoal		(16.749)
Serviços		(8.649)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.018)
Depreciação e amortização	11 e 12	(87)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(2.440)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(2.684)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(14)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(480)
Água, luz, telefone, internet e gás		(980)
Gastos com viagens e estadias		(1.018)
Despesas legais e judiciais		(6)
Outras receitas (despesas) operacionais		(4.300)
Resultado antes do resultado financeiro		269.634
Resultado financeiro	16	(45.402)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		224.232
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8.1	(60.713)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8.2	4.574
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	8.1	(56.139)
Lucro líquido do período		168.093
Lucro líquido por ação - básico (em reais - R\$)	14.6	0,15047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações dos resultados abrangentes

no período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	20/01/2025 a 31/12/2025
Lucro líquido do período	168.093
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do período	168.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

no período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital social subscrito	A integralizar	Plano de incentivo de longo prazo	Legal	Retenção de lucros		
Constituição em 20 de janeiro de 2025	14.1	10	-	-	-	-	-	10
Aumento de capital em 11 de fevereiro de 2025	14.1	1.117.138	(1.107.138)	-	-	-	-	10.000
Integralização de capital em 7 de março de 2025	14.1	-	827.294	-	-	-	-	827.294
Lucro do período							168.093	168.093
Plano de incentivo de longo prazo liquidável em ações		-	-	535	-	-	-	535
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2025 (líquido)		-	-	-	-	-	(46.741)	(46.741)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2025 (IRRF)		-	-	-	-	-	(8.248)	(8.248)
Reserva Legal		-	-	-	8.405	-	(8.405)	-
Reserva de Retenção de Lucros		-	-	-	-	104.699	(104.699)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.117.148	(279.844)	535	8.405	104.699	-	950.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

no período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	20/01/2025 a 31/12/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período		168.093
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(4.574)
Depreciação e amortização	10 e 11	13.135
Juros e variação monetária sobre debêntures	16	97.707
Juros e variação monetária com partes relacionadas	16	5.381
Constituição da provisão de manutenção	13	2.071
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	13	16
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e tributários		23
Valor justo de debêntures	16	(10.542)
Resultado de Operações com Derivativos	16	33.760
Capitalização de custo de debêntures	16	(28.045)
Rendimento de aplicação financeira		(33.008)
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações		535
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber das operações	7	(61.735)
Contas a receber de partes relacionadas	9	(12)
Tributos a recuperar		(12.572)
Despesas antecipadas e outros créditos		(2.990)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores		1.663
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	176
Obrigações sociais e trabalhistas		8.664
Impostos e contribuições a recolher para imposto de renda e contribuição social		60.971
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(34.111)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários		(23)
Outras obrigações		185
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		204.768
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	10	(92.652)
Adições ao ativo intangível	11	(1.370.813)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	(270.669)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(1.734.134)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros sobre capital próprio pagos	14.4	(46.741)
Debêntures:		
Captação	12	1.010.000
Integralização de capital	14.1	837.304
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		1.800.563
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		271.197
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período		-
No final do período		271.197
		271.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações do valor adicionado

no período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	20/01/2025 a 31/12/2025
Receitas		
Receitas operacionais	15	683.443
Outras receitas		5
Receitas acessórias	15	78
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de construção		(270.844)
Custos dos serviços prestados		(30.893)
Provisão de manutenção	13	(2.071)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(22.264)
Valor adicionado bruto		357.454
Depreciação e amortização	10 e 11	(13.135)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		344.319
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	16	202.099
Valor adicionado total a distribuir		546.418
Distribuição do valor adicionado		546.418
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta		20.591
Benefícios		6.602
FGTS		1.629
Tributos		
Federais		77.382
Estaduais		1
Municipais		20.936
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros		247.423
Aluguéis		3.761
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos do período		168.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária de Rodovias PRVIAS S.A. (“Companhia”) ou (“Concessionária”) ou (“PRVias”), domiciliada no Brasil e constituída em 20 de janeiro de 2025 conforme as leis brasileiras, a PRVias tem sede na Rua João Wyclif, n.º 111, 13º andar, salas 1301/1312, Gleba Fazenda Palhano, no município de Londrina, Estado do Paraná.

É responsável pela execução do Contrato de Concessão de rodovias em decorrência do Edital n° 05/2024, firmado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), cujo objeto é a exploração da infraestrutura e a prestação de serviços públicos relacionados à recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e garantia do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessionária é composta pelas BR-369/373/376 e PR-090/170/323/445 com extensão total de 569,750 km conectando o norte do Estado do Paraná a Ponta Grossa e ao Porto de Paranaguá.

A Companhia é controlada pela Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A., que detém 100% do capital social da Companhia. O Contrato de Concessão foi assinado em 29 de abril de 2025, com início da concessão em 08 de maio de 2025 com prazo de 30 (trinta) anos, com término em 07 de maio de 2055.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025

1.1.1. Demais eventos relevantes

a. Início da operação

Em 14 de abril de 2025, foi assinado o contrato de concessão da Companhia com objetivo da exploração do sistema rodoviário – Lote PR3. O valor atualizado pago pela outorga fixa foi de R\$ 1.114.899.

A operação e gestão da concessão teve início a partir da zero hora de 16 de maio de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 05 de março de 2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 8.2. **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
- 11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 13. **Provisão de manutenção:** estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa e;
- 17. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente no período apresentado nas demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1. Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 15.

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Contabilidade de hedge (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa n.º 17 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.

3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.14.

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9. Provisão de manutenção - contrato de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.10. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.11. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.13. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

3.14. Contrato de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01- R1 / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos do contrato de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria)

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função do contrato de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.15. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Paraná e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.16. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.17. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.18. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025:

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contabilidade;

3.19. Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, é adotada a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente com base nos termos contratuais, sob o entendimento do contrato de concessão ser contrato executório. A Administração da Companhia avalia que este contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

3.20. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3.21 Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS).

A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de swap de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa pré-fixada acrescida de um componente de risco de crédito na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 12 e 17.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativo às debêntures; e (2) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 12 e 17.

As tarifas das concessões da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais:

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures	-	203.984	92.594	91.843	1.292.207
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	5.557	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	53.678	5.443	-	-	-

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2025
Caixa e bancos	913
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	270.284
Total	271.197

Aplicações financeiras	2025
Circulante	303.677
Aplicações financeiras (a)	303.677
Total	303.677

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,56% do CDI, equivalente a 14,39% a.a., em 31 de dezembro de 2025.

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2025
Circulante	61.735
Contas a receber das operações (a)	61.735
Total	61.735

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassados à Companhia, créditos a receber decorrentes de vale pedágio previstas no contrato de concessão.

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2025
Creditos a vencer	61.735
Total	61.735

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	20/01/2025 a 31/12/2025
Conciliação do imposto de renda e contribuição social	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	224.232
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(76.240)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	
Despesas indedutíveis	(649)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(68)
Incentivo relativo ao imposto de renda	2.081
Juros sobre o capital próprio	18.696
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	15
Outros ajustes tributários	26
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(56.139)
Impostos correntes	(60.713)
Impostos diferidos	4.574
Alíquota efetiva de impostos	25,04%

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2025
Ativo	14.269
Pré operacionalidade	3.045
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	81
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.901
Programa de gratificação de longo prazo	428
Resultado de operações com derivativos	8.104
Constituição da provisão de manutenção	710
Compensação de imposto ativo	(14.269)
Impostos ativos após compensação	-
Passivo	(9.695)
Capitalização de juros	(9.486)
Valor justo	(209)
Compensação de imposto ativo	14.269
Impostos ativos após compensação	4.574
Imposto diferido líquido	4.574

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	20/01/2025 a 31/12/2025
Movimentação do imposto diferido	
Saldos em 20 de janeiro	-
Reconhecimento no resultado	4.574
Saldo em 31 de dezembro	4.574

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, assim como as transações que influenciaram os resultados do período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	2025		
Saldos	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	2	83	85
Bancos conta movimento	-	73	73
Contas a receber (a)	2	10	12
Passivo	5.484	7.845	13.329
Debêntures	-	7.772	7.772
Fornecedores e contas a pagar (a) (b)	5.484	73	5.557

	20/01/2025 a 31/12/2025		
Transações	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Despesas de comissão de fianças nas emissões de dívidas (c)	(5.381)	(9.804)	(15.185)
Custos / despesas / ressarcimento de infraestrutura utilizada	(13)	(56)	(69)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	(3.644)	-	(3.644)
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(130)	(130)
Custos / despesas - benefício a colaboradores (d)	-	(1.688)	(1.688)
Custos / despesas - lanches e refeições	(4)	(1)	(5)
Custos / despesas - outros gastos gerais	(43.030)	(180)	(43.210)
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(16)	(16)
Repasse de custos e despesas - CSC (e)	(28.365)	-	(28.365)
Repasse de custos e despesas de colaboradores (a)	-	(1.328)	(1.328)

- (a) Refere-se a transferência de colaboradores;
- (b) Gastos efetivamente realizados pela Controladora em fase de constituição;
- (c) Prestação de serviços de coordenação e garantia firme de liquidação na emissão das debêntures da Companhia;
- (d) Vale refeição, vale alimentação e vale transporte de colaboradores; e
- (e) Gastos compartilhados com a Controladora.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.1 Despesas com profissionais-chave da Administração

	20/01/2025 a 31/12/2025
Remuneração (a)	1.480
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	889
Incentivo de longo prazo	78
Outros benefícios:	513
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	501
Previdência privada	10
Seguro de vida	2

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 16 de junho de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, gratificações, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

9.2 Saldos a pagar aos profissionais-chave da Administração

	2025
Remuneração dos administradores (a)	565

(a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração, diretoria não estatutária).

Durante o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R\$ 1.509, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

	Imobilizado				
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total Imobilizado
Adições	-	-	-	98.226	98.226
Transferências	3.474	16.192	19.666	(19.666)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	7	-	7	-	7
Depreciação	(87)	(1.665)	(1.752)	-	(1.752)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.394	14.527	17.921	78.560	96.481
Custo	3.481	16.192	19.673	78.560	98.233
Depreciação acumulada	(87)	(1.665)	(1.752)	-	(1.752)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.394	14.527	17.921	78.560	96.481
Taxa média anual de depreciação %					
Em 31 de dezembro de 2025	10	24			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 5.574 em 31 de dezembro de 2025. A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) no período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025 foi de 1,14% a.a.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível				
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do Intangível
Adições	1.126.712	3.433	1.130.145	320.412	1.450.557
Transferências	74.901	7	74.908	(74.908)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	(7)	(7)	-	(7)
Amortização	(11.383)	-	(11.383)	-	(11.383)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.190.230	3.433	1.193.663	245.504	1.439.167
Custo	1.201.613	3.433	1.205.046	245.504	1.450.550
Amortização acumulada	(11.383)	-	(11.383)	-	(11.383)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.190.230	3.433	1.193.663	245.504	1.439.167
Taxa média anual de amortização %					
Em 31 de dezembro de 2025		(a)			

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 22.471 em 31 de dezembro de 2025. A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) no período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025 foi de 1,14% a.a.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

PRVias	244.277
1ª intervenção de pavimento	118.410
1ª Intervenção de sinalização, faixa de domínio e obras de arte	52.058
Implantação de contorno BR-376	18.441
Implantação de duplicação	16.627
Implantação de base operacional	14.818
Implantação de praça de pedágio/Free Flow	8.530
Melhorias na BR-376	7.405
Recuperação de Sinistro na BR-376	2.602
Melhorias na base operacional	2.283
Melhorias na BR-369	2.113
Desocupação de faixa de domínio	991

12. Debêntures

Em 28 de fevereiro de 2025, a Concessionária de Rodovias PRVias S.A. realizou a 1ª emissão pública de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. O valor total da emissão é de R\$ 1.01 bilhões, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas. As debêntures serão garantidas, por fianças prestadas pela Motiva.

O valor de juros remuneratórios das Debêntures será de 7,60% e as parcelas de juros serão pagas nas seguintes datas: 15 de fevereiro de 2028, 15 de agosto de 2028, 15 de fevereiro de 2029, 15 de agosto de 2029 e no vencimento, quando será devido a última parcela dos juros e totalidade do valor principal acrescido do IPCA.

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025
1ª Emissão - Série única	IPCA + 7,60% a.a.	(a)	Fevereiro de 2030	-	-	1.097.165 (b)
				Total	-	1.097.165

	2025
Não circulante	1.097.165
Debêntures	1.107.707
Valor justo	(10.542)
Total geral	1.097.165

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 17; e

Garantias:

(b) Aval/fiança corporativa da Motiva na proporção de sua participação acionária direta.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2025
A partir de 2030	1.107.707
(-) Valor justo	(10.542)
Total	1.097.165

Companhia possui debêntures com cláusulas de *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado caso deixe de honrar obrigações financeiras decorrentes de captação de recursos realizada por ela no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, observado o prazo de cura. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

13. Provisão de manutenção

	Não circulante	Total
Saldos em 20 janeiro de 2025 (data da constituição)	-	-
Constituição	2.071	2.071
Ajuste a valor presente	16	16
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.087	2.087

A taxa no período entre 20 de janeiro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025, para o cálculo do valor presente, foi de 11,43% a.a.

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 20 de janeiro de 2025, ocorreu a constituição da Companhia com capital social no montante de R\$ 10, mediante a emissão de 10.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 11 de fevereiro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 1.117.138, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 1.117.138.161 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, a serem subscritas e integralizadas no montante de R\$ 837.294 até 10 de março de 2025 e 279.844 até 30 de abril de 2026, por sua única acionista Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. passando o capital da Companhia de R\$ 10 para R\$ 1.117.148.

Em 11 de fevereiro de 2025, houve a integralização no montante de R\$ 10.000, conforme Assembleia Geral Extraordinária de fevereiro de 2025.

Em 7 de março de 2025, houve a integralização no montante de R\$ 827.294, conforme Assembleia Geral Extraordinária de fevereiro de 2025.

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 1.117.148 e o capital a integralizar é de R\$ 279.844, compostos por 1.117.148.161 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

14.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

14.3. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

14.4. Juros sobre capital próprio

Em 12 de dezembro de 2025, foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 54.989, com base no lucro do período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025, correspondente ao montante líquido de R\$ 46.741, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 8.248, O pagamento foi realizado em 29 de dezembro de 2025.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.5. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	20/01/2025 a 31/12/2025
Lucro líquido do período	168.093
(-) Constituição de reserva legal	(8.405)
Lucro líquido ajustado	159.688
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o prejuízo líquido ajustado	39.922
Total de juros sobre capital próprio pagos	(46.741)
Total de juros sobre capital próprio	(46.741)

Em 31 de dezembro de 2025, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de juros sobre capital próprio pagos.

14.6. Lucro básico

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	20/01/2025 a 31/12/2025
Numerador	
Lucro líquido	168.093
Denominador (em milhares)	
Média ponderada de ações - básico	1.117.148
Lucro líquido por ação - básico	0,15047

14.7. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em 31 de dezembro de 2025, houve a transferência de colaboradores de outras entidades do Grupo para a Companhia, dessa forma, foi reconhecido como despesa, em contrapartida à reserva de capital, o montante de R\$ 535, relativos aos planos outorgados em 2023 e 2024, a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receitas operacionais líquidas

	20/01/2025 a 31/12/2025
Receita bruta	683.521
Receitas de pedágio	412.599
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	270.844
Receitas acessórias	78
Deduções das receitas brutas	(36.068)
Impostos sobre receitas	(35.990)
Abatimentos	(78)
Receita operacional líquida	647.453

16. Resultado financeiro

	20/01/2025 a 31/12/2025
Despesas financeiras	(247.501)
Juros e variação monetária sobre debêntures	(97.707)
Juros e variação monetária sobre mútuos	(5.381)
Capitalização de custos das debêntures	28.045
Perda com operações de derivativos	(97.952)
Valor justo sobre debêntures (fair value option)	(50.368)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(16)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(24.122)
Receitas financeiras	202.099
Rendimento sobre aplicações financeiras	76.925
Ganho com operações de derivativos	64.192
Valor justo de debêntures	60.910
Juros e outras receitas financeiras	72
Resultado financeiro líquido	(45.402)

17. Instrumentos financeiros

17.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2025
Ativos	Nível	636.621
Valor justo através do resultado		574.874
Caixa e bancos	Nível 2	913
Aplicações financeiras	Nível 2	573.961
Custo amortizado		61.747
Contas a receber das operações		61.735
Contas a receber de partes relacionadas		12
Passivos		(1.195.603)
Valor justo através do resultado		(1.130.925)
Debêntures	Nível 2	(1.097.165)
Contas a pagar com operações de derivativos	Nível 2	(33.760)
Custo amortizado		(64.678)
Fornecedores e outras contas a pagar		(59.121)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(5.557)
Total		(558.982)

Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*) - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 1.107.707 em 31 de dezembro de 2025, conforme detalhado a seguir:

Série	Taxa contratual	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado
1ª Emissão - Série única	IPCA + 7,60% a.a.	CDI + 0,07% a.a. (string) / CDI + 0,08% a.a. (string)	1.107.707

17.2. Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2025, têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de taxa de juros sobre a totalidade da 1ª emissão de debêntures para a proteção na mudança no fluxo de pagamento.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

O quadro a seguir demonstra os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Data de vencimento	Valores de Referência (Nocional)	Efeito acumulado	Resultado
		Moeda Local	Valores a receber/ a pagar	Ganho/(Perda) em resultado
		2025	2025	2025
SWAP - riscos de juros		1.010.000	(33.760)	(33.760)
	2030	1.010.000	(33.760)	(33.760)

17.3. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

17.3.1 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco	Exposição em R\$ (3) e (4)	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
IPCA	(1.036)	119	130	141
CDI	1.132.578	(149.431)	(186.565)	(223.685)
Efeito sobre debêntures e derivativos		(149.312)	(186.435)	(223.544)
CDI	579.457	58.067	72.458	86.804
Efeito sobre as aplicações financeiras		58.067	72.458	86.804
Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)		(91.245)	(113.977)	(136.740)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	14,9000%	18,6250%	22,3500%
IPC-A ⁽³⁾	4,2600%	5,3250%	6,3900%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo;

Nos itens (2) e (3) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3;
- (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).

18. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem os valores dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão e atualizado anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contempla eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2025
Compromissos relativos à concessão	10.719.282

Os valores acima incluem os investimentos de natureza contingente. No entanto, não incluem eventuais investimentos de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão da Companhia, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades:

- (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço de Insumo;
- (ii) compensações decorrentes do acionamento do Mecanismo de Compartilhamento do Risco de Demanda;
- (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente;
- (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- (v) atenuação dos impactos de Reclassificação Tarifária, em caso de saldo relevante de Recursos Vinculados;
- (vi) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão; e
- (vii) realização de ações voltadas ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente, à redução das emissões de gases de efeito estufa, ao meio ambiente e à responsabilidade social, além daquelas estabelecidas explicitamente neste Contrato, e em conformidade com a regulamentação da ANTT.

Nos termos contratuais, será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a 2% (dois por cento) da Receita Bruta da Concessão ao longo de todo o seu prazo, sendo que, nos últimos 5 (cinco) anos da Concessão, a alíquota destinada à Conta de Retenção será aumentada em 5%, a título de garantia, para que as intervenções necessárias ao atendimento dos Parâmetros de Desempenho e dos Parâmetros Técnicos exigidos no PER sejam cumpridas ao final do Prazo da Concessão. A Conta de Retenção possui movimentação restrita, sendo gerida pelo Banco Depositário, observadas as disposições do Contrato e do Mecanismo de Contas.

2025

Saldo em 20 de janeiro (data de constituição)	-
Constituição 2%	7.160
Constituição - Aporte	1.114.899
Reembolso DUF ANTT	-
Rendimento de aplicação conta ajuste (Íquido de IRRF e IOF)	86.066
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.208.125

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Demonstração dos fluxos de caixa

19.1. Transações que não afetaram o caixa

As transações que não afetaram o caixa, no período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2025
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	57.273
Fornecedores	57.273
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(57.273)
Outros de ativo imobilizado e intangível	(57.273)

19.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Debêntures	Capital social	Juros sobre Capital Próprio	Total
Saldos em 20 janeiro de 2025 (data da constituição)	-	-	-	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(1.010.000)	(837.304)	46.741	(1.800.563)
Captação	(1.010.000)	-	-	(1.010.000)
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	46.741	46.741
Integralização de capital	-	(837.304)	-	(837.304)
Outras variações que não afetam caixa	(87.165)	-	-	(87.165)
Despesas com juros e variação monetária	(97.707)	-	-	(97.707)
Valor justo operações hedge fair value option	10.542	-	-	10.542
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.097.165)	(837.304)	46.741	(1.887.728)

Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

(Companhia aberta)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período entre 20 de janeiro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

Keller Alves Rodrigues Junior
Angelo Luiz Lodi
Guilherme Motta Gomes

Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Diretor
Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0"S"PR